



**UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA – UFSC
CENTRO DE COMUNICAÇÃO E EXPRESSÃO – CCE
DEPARTAMENTO DE JORNALISMO**

ANA CAROLINA PRIETO NOGUEIRA

UMA DEFICIÊNCIA SOCIAL

**RELATÓRIO TÉCNICO do *Trabalho de Conclusão de Curso* apresentado à disciplina de *Projetos Experimentais*, ministrada pelo Prof. Fernando Antônio Crocomo, no segundo semestre de 2017.
Orientadora: Prof^ª. Daiane Bertasso Ribeiro.**

**Florianópolis
Novembro de 2017**

FICHA DO TCC Trabalho de Conclusão de Curso - JORNALISMO UFSC		
ANO	2017	
ALUNO	Ana Carolina Prieto Nogueira	
TÍTULO	Uma deficiência social	
ORIENTADOR	Daiane Bertasso Ribeiro	
MÍDIA	<input checked="" type="checkbox"/> Impresso	
	<input type="checkbox"/> Rádio	
	<input type="checkbox"/> TV/Vídeo	
	<input type="checkbox"/> Foto	
	<input type="checkbox"/> Web site	
	<input type="checkbox"/> Multimídia	
CATEGORIA	<input type="checkbox"/> Pesquisa Científica	
	<input type="checkbox"/> Produto Comunicacional	
	<input type="checkbox"/> Produto Institucional (assessoria de imprensa)	
	<input type="checkbox"/> Produto Jornalístico (inteiro)	Local da apuração:
	<input checked="" type="checkbox"/> Reportagem livrorreportagem (X)	(X) Florianópolis (X) Brasil () Santa Catarina () Internacional () Região Sul País: _____
ÁREAS	Deficiência; gênero; mulher; violência; preconceito.	
RESUMO	<p>Pesquisas mundiais apontam que mulheres com deficiência são mais suscetíveis a sofrer violência de gênero, como estupros, cárcere privado e privação de atendimento. A pauta é pouco abordada na mídia e permanece invisível também em movimentos sociais, até mesmo dentre os feministas. Este Trabalho de Conclusão de Curso é um livrorreportagem contendo histórias de cinco mulheres com deficiência, que sofreram algum tipo de violência de gênero em suas vidas. Dividido em cinco capítulos mais o epílogo, o trabalho aborda a autoestima dessas mulheres, a ética do cuidado e a necessidade de cuidadores em suas vidas, episódios de violências e preconceitos, bem como a dificuldade de denunciar seus agressores. Como fontes foram ouvidas mulheres com deficiência, maiores de 18 anos e moradoras da Grande Florianópolis, além de psicólogas, pesquisadoras do tema, assistentes sociais e advogadas.</p>	

AGRADECIMENTOS

Este trabalho jamais teria saído sem a ajuda de minha mãe, Roseli Sanches. Inspiração para qualquer hora, pela mulher guerreira, divertida e espontânea que consegue ser todos os dias. Desde o princípio deste tema, tive o seu apoio, mesmo que com receio de que meu psicológico fosse afetado pela gravidade dos depoimentos. Assim, a cada entrevista ela me mandava uma mensagem “filha, você tá bem?”.

Agradeço também à minha tia-avó Assunção Prieto, que toda a vez que eu viajava para Santos demonstrava a sua preocupação produzindo minhas sobremesas preferidas e comprando guloseimas para assistirmos aos jogos do Palmeiras juntas.

Ao meu irmão Lucas Nogueira e minha cunhada Pamela Gonzales, que compartilharam da minha angústia e conversaram comigo sobre assuntos aleatórios em jantares e almoços de família. Além de me trazer presentes do Japão.

Aos meus amigos de Florianópolis, que me aguentaram todos os dias falando sobre o TCC. Aos que me deram ombro para chorar, aos que dividiram brigadeiro e pizza, que me carregavam forçada para a praia ou apenas para brincar de mímica e me distrair um pouco. Aos meus ex-vizinhos, que viraram melhores amigos e que nunca deixaram eu me sentir sozinha: Júlia Reitz, Fernanda Celeri, Ítalo Lopes, Cristiane Santos, Oscar Fuhr, Afonso Perón e Sônia Colaço.

Ao meu eterno grupo da 14.1, Camila Valgas, Tamy Dassoler, Ana Carolina Inácio e Joelson Cardoso, que estão comigo desde os primeiros dias de faculdade e tornam a minha vivência em Florianópolis única. Às gurias que me ajudaram muito na reta final do TCC, Monique Souza e Taynara Nakayama.

Aos meus amigos de Santos que estão espalhados pelo Brasil, mas que em nenhum momento me deixaram para trás: Giovanna Lombardo, Sarah Rodrigues, Luiz Guilherme Marques, Cainan Andrade, Wagner Asao, Jefferson Leque, Yasmine Saito e Michelly Vasques.

Um obrigada especial para a Bruna Marques, uma das minhas amigas mais antigas e que produziu todas as lindas ilustrações deste livro. Com certeza ele ganhou uma alma a mais com a sua sensibilidade e a sua arte. Não consigo encontrar palavras que cheguem aos pés do quanto devo a você.

À minha orientadora, Daiane Bertasso, pela paciência e o comprometimento comigo. A sua dedicação foi essencial para que eu conseguisse manter o foco e terminar este trabalho. Obrigada pelos ensinamentos e por sempre transmitir paz em suas palavras.

Agradecimento mais que especial também para todas as entrevistas deste livro, à Fernanda, Débora, Eliane, Neide, Luiza e Teresa, que eu levarei pra sempre na minha memória pela confiança depositada em mim.

RESUMO

Pesquisas mundiais apontam que mulheres com deficiência são mais suscetíveis a sofrer violência de gênero, como estupros, cárcere privado e privação de atendimento. A pauta é pouco abordada na mídia e permanece invisível também em movimentos sociais, até mesmo dentre os feministas. Este Trabalho de Conclusão de Curso é um livrorreportagem contendo histórias de cinco mulheres com deficiência, que sofreram algum tipo de violência de gênero em suas vidas. Dividido em cinco capítulos mais o epílogo, o trabalho aborda a autoestima dessas mulheres, a ética do cuidado e a necessidade de cuidadores em suas vidas, episódios de violências e preconceitos, bem como a dificuldade de denunciar seus agressores. Como fontes foram ouvidas mulheres com deficiência, maiores de 18 anos e moradoras da Grande Florianópolis, além de psicólogas, pesquisadoras do tema, assistentes sociais e advogadas.

Palavras-chave: deficiência; gênero; mulher; violência; preconceito.

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO	6
2. JUSTIFICATIVAS	11
2.1. Tema	11
2.2. Mídia	13
2.3 Local	14
3. PROCESSO DE APURAÇÃO	15
3.1. Pré-apuração	15
3.2. Apuração	16
3.3. Redação	18
3.4. Ilustrações	21
3.5. Diagramação e formato	22
4. CUSTOS	23
5. DIFICULDADES, DESAFIOS, APRENDIZADO	24
6. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	26

1. INTRODUÇÃO

Estudos da área de Ciências Humanas e Sociais apontam a necessidade de se articular categorias de gênero com classe, raça/etnia, geração, orientação sexual, religião, entre outros (MELLO; NUERNBERG, 2012), a fim de se produzir um material capaz de entender a especificidade de cada grupo. A intersecção entre gênero e deficiência, apesar dos esforços de pesquisadores em divulgar e estudar o assunto, ainda é pouco abordada na mídia e muitas vezes esquecida em movimentos sociais importantes.

No Brasil, de acordo com o Censo 2010 do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), existem 45,6 milhões de pessoas que alegaram alguma deficiência, sendo que 25 milhões são mulheres, portanto, mais da metade. Por ser um tema ainda pouco debatido na mídia, na academia brasileira e também nas instituições de saúde e proteção à mulher, não existe um levantamento que aponte o histórico de violência contra essas mulheres em nosso país.

Porém, existem alguns dados que mostram que os números deveriam aparecer nos noticiários e chamar a atenção das autoridades responsáveis. O Relatório Mundial Sobre Deficiência, divulgado em 2011 pela Organização das Nações Unidas (ONU), estimou que pessoas com deficiência têm quatro vezes mais chance de sofrer maus-tratos do que as sem deficiência.

Em uma recente pesquisa encomendada pela Folha de São Paulo, o Sistema de Informação de Agravos de Notificação (Sinan) identificou que dos quase 23 mil casos de estupros notificados em hospitais do Brasil em 2016, 8% aconteceram contra pessoas com deficiência. Os dados obtidos também mostraram que, de 2011 para 2016, o número de ocorrências dobrou. Para o Sinan, isso não significa que o número venha aumentando, mas que os municípios passaram a registrar os casos.

Apesar de ser um ponto positivo o interesse do veículo de mídia acerca da violência que pessoas com deficiência sofrem, é importante destacar que ainda sim há um descaso: o título da matéria “Deficientes são vítimas de 1 em cada 10 estupros registrados no país” traz a palavra “deficientes” como sujeito. Em uma busca de cinco minutos na internet é possível encontrar o termo correto para se referir às pessoas com deficiência, o que demonstra certa falta de cuidado.

Em dezembro de 2016, durante uma audiência pública com a participação das comissões de Defesa dos Direitos da Mulher e de Defesa dos Direitos das Pessoas com Deficiência, foram apresentados dados obtidos sobre o assunto pelas duas entidades: 68% das denúncias de violência às pessoas com deficiência se referem às mulheres, e tratando-se de violência sexual, esse número chega a 82%.

Como os levantamentos mostram, a mulher com deficiência é quem mais sofre com a violência. Dessa forma, é necessário pesquisar, estudar e divulgar o tema, para que as pessoas se informem e que lutem contra isso. No caso dessas mulheres, a violência pode ser tipificada como

violência de gênero, que pode ser expressa de diversas formas, sendo física, psicológica, moral, entre outros. Em 1993 a ONU, por meio da Declaração sobre a Eliminação da Violência contra Mulheres, definiu a violência de gênero da seguinte forma:

Artigo 1: O termo “violência contra mulheres” significa qualquer ato de violência baseada no gênero que resulte, ou provavelmente resulte, em dano ou sofrimento físico, sexual ou psicológico para as mulheres, incluindo ameaças de tais atos, coerção ou privação arbitrária de liberdade, que ocorram em público ou na vida particular.

Artigo 2: A violência contra mulheres será entendida como aquela que abrange os seguintes tipos, sem se limitar a estes: Violência física, sexual e psicológica que ocorra na família, incluindo agressão, abuso sexual de meninas no lar, violência relacionada com o dote, estupro cometido pelo marido, mutilação de genitais femininos e outras práticas tradicionais danosas para mulheres, violência cometida por pessoa não-cônjuge e violência relacionada com a exploração; Violência física, sexual e psicológica que ocorra na comunidade geral, incluindo estupro, abuso sexual, assédio sexual e intimidação no trabalho, em instituições educacionais e outros lugares, tráfico de mulheres e prostituição forçada; Violência física, sexual e psicológica perpetrada ou deixada ocorrer pelo Estado, onde quer que ela ocorra (ONU, 2003).

A rede *International Network of Women with Disabilities* (INWWD), formada em 2008 e composta por organizações e grupos de mulheres com deficiência em âmbito internacional, produziu um relatório sobre violência de gênero e deficiência, que elaborou uma lista com os diversos tipos de violência que essas mulheres são acometidas:

Isolamento forçado, confinamento e ocultação dentro da casa da própria família; retenção de aparelhos de mobilidade, equipamentos de comunicação ou medicação que a mulher toma voluntariamente; colocação de mulheres em desconforto físico ou em situações constrangedoras por longo período de tempo; ameaças de abandono cometidas por cuidadores; estupro e abuso sexual cometidos por membro da equipe ou por outro paciente internado em instituições; aborto forçado e esterilização forçada (INWWD, 2011, p. 5).

Uma das principais explicações para a vulnerabilidade da mulher com deficiência, como exposto no relatório da INWWD, é a forma como a deficiência ainda é vista em nossa sociedade. Pessoas com deficiência são, com frequência, consideradas pela sociedade como sendo “não completamente humanas e de menos valor. [...] A ausência de representações de sua identidade favorece a percepção de que se pode abusar delas sem remorso ou peso na consciência”.

Algumas sociedades inclusive chegaram a considerar a deficiência como um castigo divino e outras até mesmo a crer que a deficiência pudesse ser contagiosa para outras pessoas. Ainda hoje, sociedades podem ver a pessoa com deficiência como um objeto de caridade ou pena, e não como uma pessoa que seja digna de direitos iguais aos de pessoas sem deficiência, como aponta Wendell (1996).

As sociedades foram fisicamente construídas e organizadas com a ideia de que todos e todas são saudáveis, jovens, sem deficiência, formados de acordo com ideias culturais, e, de preferência homens, criando uma grande ideia de deficiência, negligenciando o que a maioria das pessoas precisa para participar completamente nela (WENDELL, 1996, p. 39).

Michael Oliver, um dos fundadores da Liga dos Lesados Físicos Contra a Segregação (Upias) de 1976, foi um dos primeiros pesquisadores a desenvolver a teoria do modelo social. Diferente do modelo médico, que acredita na deficiência como consequência de uma lesão corporal, o modelo social prega que a deficiência “não deveria ser entendida como um problema individual e uma tragédia pessoal, mas, sim, uma questão eminentemente social” (DINIZ, 2007).

É com esses estudos e, posteriormente, com a segunda geração do modelo social, composta por pesquisadoras feministas, que as pesquisas e os conceitos de deficiência começam a ser alterados. Assim, a exclusão da mulher com deficiência começa a ser estudada, bem como a relação entre cuidadores e quem é cuidado, além da concepção de que pessoas com deficiência não devem buscar a vida toda uma cura ou uma reabilitação.

A complexidade do assunto se expande ao unir deficiência e gênero e identificar como essas mulheres podem sofrer diversos tipos de violência associados à sua deficiência. A vulnerabilidade se apresenta na soma de dois fatores de exclusão na sociedade: o gênero feminino e a deficiência. Apesar dos esforços feministas e da luta das mulheres pelos seus direitos, elas ainda são vistas como inferiores, sendo conhecidas, no popular, como “sexo frágil”. Dessa forma, mulheres com deficiência carregam consigo o peso de dois fatores de exclusão, o que as torna mais suscetíveis a sofrer preconceito e violências:

[...] as mulheres com deficiência estão em dupla desvantagem devido a uma complexa combinação de discriminação baseada em gênero e deficiência. Consequentemente, enfrentam uma situação peculiar de dupla vulnerabilidade, que se torna ainda mais complexa a partir da incorporação das categorias de raça/etnia, classe, orientação sexual, geração, região e religião (MELLO; NUERNBERG, 2012, p. 639-640).

A dupla vulnerabilidade se intensifica a partir das barreiras que essas mulheres encontram na hora de denunciar os seus agressores ou até mesmo na dificuldade de reconhecer os seus direitos e lutar por estes. Em muitos casos, agressores têm a sensação de que seus atos não serão descobertos, visto a dependência dessas mulheres a outras pessoas, em alguns casos uma dependência do seu próprio agressor.

Mulheres com deficiência também são, com frequência, menos capazes de se defender. Outro problema está na dificuldade de acesso à informação sobre como se proteger contra as diversas

formas de violência as quais estão sujeitas, o que dificulta na hora de realizar uma denúncia. Porém, há casos em que, mesmo realizada a denúncia, essas mulheres não têm os seus depoimentos legitimados justamente por serem deficientes. É o que também apontam Mello e Nuernberg (2012):

O isolamento social, a dependência de educadoras/es, cuidadoras/es e prestadoras/es de serviços, o tipo de deficiência e o grau de funcionalidade associada à deficiência, a impossibilidade de defesa física de algumas pessoas com deficiência e diversos outros impedimentos à percepção e à reação diante do abuso levam a situações de maior risco desse grupo social (MELLO; NUERNBERG, 2012, p. 647).

Outra forma de violência de gênero a qual mulheres com deficiência estão submetidas é a respeito da sua sexualidade. Mulheres com deficiência são vistas como “anomalias”, muitas vezes sendo questionadas se sua vida sexual existe ou se é possível que estas mulheres tenham relação sexual. Além disso, a sociedade olha para elas com pena e as coloca em um papel social de fragilidade.

Essa violência pode ser ilustrada por meio de uma notícia veiculada no dia 11 de abril de 2017, no site do Paparazzo, vinculado ao grupo Globo de mídia. A matéria trata do ensaio sensual da ex-participante do *reality* show Big Brother Brasil, Marinalva Silva, que teve de amputar a perna esquerda após um acidente de moto. A matéria mescla a notícia de seu ensaio para o Paparazzo com a história de denúncia de violência doméstica sofrida pela paratleta.

É possível ver nos comentários o quanto a sexualidade da mulher com deficiência é negada: “Não vamos ser hipócritas aqui, muito estranho ela fazendo foto nua com essa prótese!!quem sabe, seria mais bacana ela com um vestido longo !!” escrito pelo usuário “Leo Siq” e curtido mais de 300 vezes. Já o usuário Jose escreveu assim: “SÓ ME FALTAVA ESSA AI , OLHA CHEGAMOS AO FINAL DA CANALHICE. TENHA SENSO DE RIDICULO (sic)”. Paulo Silva comentou: “Linda a história dela e tudo mais, ok. Mas daí a ir parar no paparazzo, tentando parecer sensual? Aí não né, meu patrão”.

Comentários como os expostos acima mostram o quanto nossa sociedade ainda precisa evoluir em relação ao preconceito com pessoas com deficiência, além de parar de reproduzir discursos que legitimam a violência contra mulheres com deficiência.

Os esforços para que a violência contra pessoas com deficiência, e conseqüentemente contra as mulheres com deficiência, tem recebido atenção do nosso governo nas últimas décadas. Um dos principais passos ocorreu em março de 2007, quando o Brasil se tornou um dos países signatários da Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência. A partir dessa iniciativa, o país começou a adaptar e criar leis para se adequar aos acordos propostos pela Convenção que reafirma que a deficiência é um tema de direitos humanos.

Os Estados participantes da Convenção reconhecem que a experiência da deficiência se inicia a partir do momento em que o indivíduo encontra barreiras na sociedade e, portanto, reconhece a importância de princípios e diretrizes das políticas acerca do tema. No que tange a violência e principalmente a violência de gênero, o Artigo 16 da Convenção diz:

Os Estados-Partes tomarão todas as medidas apropriadas de natureza legislativa, administrativa, social, educacional e outras para proteger as pessoas com deficiência, tanto dentro como fora do lar, contra todas as formas de exploração, violência e abuso, incluindo aspectos relacionados a gênero (p. 40).

A Convenção também aponta que os Estados participantes devem promover a recuperação física, cognitiva e psicológica de pessoas com deficiência que forem vítimas de qualquer forma de violência, exploração ou abuso. Serviços de proteção também devem ser oferecidos quando necessário e a recuperação e reinserção deverão ser feitas em ambientes que promovam a saúde, o autorrespeito, a dignidade e a autonomia da pessoa.

Além das Leis que protegem as pessoas com deficiência, o Brasil também conta com a Lei n. 11.340, conhecida como Lei Maria da Penha, aplicada na proteção das mulheres contra violência doméstica e intrafamiliar. No Artigo 44, que trata de violência contra mulheres que possuem algum parentesco com o agressor, seja irmã, cônjuge ou alguma relação doméstica, caso essa mulher possua deficiência, a pena — que varia de três meses a três anos — será aumentada em um terço.

Apesar dos esforços da Legislação Brasileira em proteger as mulheres e também incluir as mulheres com deficiência, a realidade é diferente do previsto no papel. É importante ressaltar que todas as violências citadas neste trabalho são semelhantes às que outras mulheres sofrem, mas possuem particularidades que tornam o assunto diverso e, portanto, necessário de ser debatido em sua especificidade.

2. JUSTIFICATIVAS

2.1. Tema

Apesar dos dados ainda serem escassos, é possível perceber que o tema é passível de se tornar pauta em grandes mídias brasileiras, o que não vem ocorrendo. A dificuldade de se abordar esta intersecção entre gênero e deficiência parte, inicialmente, da perspectiva de tratar de pessoas com deficiência na mídia brasileira. É comum, ao escutarmos ou lermos algum material sobre o tema, nos depararmos com a narrativa tradicional de superação das pessoas com deficiência, transformando a imagem dessas pessoas em heróis inquestionáveis (LAICO *et. al.*, 2003).

Na pesquisa intitulada “Mídia e deficiência”, desenvolvida em 2003 pela Fundação Banco do Brasil, um dos problemas apontados foi a falta de diversidade de fontes em reportagens e notícias que abordavam o tema deficiência: mais de 60% das matérias veiculadas em jornais brasileiros costumam se restringir a apenas uma fonte, o que indica uma perda de oportunidade da mídia em abordar temáticas diversas e ampliar o seu discurso acerca do tema.

Por entender que o jornalismo possui uma função social e que as notícias são responsáveis por construir novas realidades e novas ressignificações (PENA, 2015), torna-se importante escutar as pessoas com deficiência a fim de que estas consigam buscar os seus direitos e exercer a sua cidadania. Para Gentilli (1995), “o acesso à informação jornalística, por parte do cidadão, pode potencialmente vir a consistir num direito que assegura outros direitos e confere condições de igualização de sujeitos”.

A criação do corpo deficiente como uma anomalia e/ou um desvio do padrão surgiu no Século XVIII, e desde então essa ideia é difundida e encontra fortes barreiras para ser destruída. Hoje, ser deficiente é experimentar um corpo fora da norma (DINIZ, 2007). O jornalismo corrobora com essa construção quando reproduz a “teoria da tragédia pessoal”, ao enfatizar o fator vítima de pessoas com deficiência ou, ao exaltar seus feitos — “apesar de ser uma pessoa com deficiência” — e classificá-la como “herói” ou “heroína”. Como complementa Mello e Nuernberg (2012):

Cumprе destacar que, seja como um dado empírico ou um signo concebemos o fenômeno da deficiência como um processo que não se encerra no corpo, mas na produção social e cultural que define determinadas variações corporais como inferiores, incompletas ou passíveis de reparação/reabilitação quando situadas em relação à corponormatividade, isto é, aos padrões hegemônicos funcionais/corporais (MELLO; NUERNBERG, 2012, p. 636).

É com o envolvimento de setores da sociedade, como o jornalismo, que as barreiras discriminatórias contra essas pessoas podem cair. Um dos meios de se fazer isso é abordando os

problemas enfrentados dia após dia, sejam as barreiras arquitetônicas, seja a exclusão e a violência sofridas.

Porém, é preciso que isto seja feito a partir da ótica de que essas pessoas são igualmente capazes e não da ótica dicotômica entre normal e anormal. Por conta disso, o trabalho se apoia no lema da luta das pessoas com deficiência: “Nada sobre nós sem nós”, que enfatiza a necessidade de protagonismo delas em debates, pesquisas e trabalhos como este desenvolvido.

Segundo Mello e Nuernberg (2012), “as experiências de opressão vivenciadas pelas pessoas com deficiência não estão na lesão corporal, mas na estrutura social incapaz de responder à diversidade, à variação corporal humana”. Este foi o pensamento principal adotado na elaboração do livrorreportagem, ao entender e explicar que a deficiência da pessoa não está na sua surdez ou na cegueira (por exemplo), mas sim nas barreiras em que encontra na sociedade vigente. O jornalismo é ponto crucial para que a população entenda isso e desmistifique a anormalidade de uma pessoa com deficiência.

Além da sua vulnerabilidade pelo gênero, as protagonistas deste trabalho também sofrem com a exclusão da vida social, do emprego e também da sua feminilidade. Como apontam Mello e Nuernberg (2012), uma das justificativas para que esse assunto ainda seja pouco divulgado no Brasil é a condição da mulher com deficiência de ser “o tempo todo interpeladas a responderem primeiro às demandas desde seu lugar ou condição de deficiência, negligenciando ou deixando à margem seus outros sujeitos políticos”.

Acreditando em uma posição de privilégio do jornalista em poder divulgar histórias e torná-las acessíveis a públicos leigos, optei por desenvolver um livrorreportagem contando a história dessas mulheres com deficiência, visando estimular o debate acerca do tema proposto.

O grande desafio, na verdade, é que no momento em que a imprensa tomar consciência da necessidade de evitar abordagens superficiais sobre a questão da Deficiência terá dificuldades em cumprir essa meta, porque simplesmente não sabe como fazer isso (FALCO *et. al.*, 2003, p.10).

Para se criar novos discursos, existe uma necessidade de articular esforços para se capacitar jornalistas e permitir que estes incluam em suas agendas a pauta de pessoas com deficiência. Ao longo da produção da pauta deste trabalho, muitas pessoas se referiam a ele como algo impossível, como se essas mulheres com deficiência e violentadas não existissem. Ou, no pior dos casos, simplesmente não havia interesse em falar sobre o assunto.

Um dos objetivos deste trabalho, portanto, é mostrar que é possível desenvolver um material acerca do assunto. A escolha do tema baseia-se em três pontos: primeiramente, a escassez de reportagens e materiais jornalísticos que abordem a intersecção entre deficiência e violência de gênero de forma ampla, objetiva e respeitosa a todo o público.

O segundo motivo parte de uma perspectiva pessoal, uma vez que em toda a minha trajetória no Jornalismo da UFSC desenvolvi pautas sobre pessoas com deficiência. Ao entrar em contato com as mais diversas histórias, senti que, durante a convivência com essas pessoas, elas se sentiam confortáveis e propensas a divulgar suas histórias.

Por último, a questão social envolvida no tema remete à função em que acredito ser o cerne da profissão, na qual o jornalista tem a função de atender as demandas de cidadania e democratização da informação para um maior esclarecimento da sociedade (PENA, 2015).

2.2. Mídia

O formato em livrorreportagem foi escolhido por dois motivos: a possibilidade de praticar uma escrita mais literária e pela afinidade com o formato impresso.

Uma das premissas deste trabalho foi estabelecer um envolvimento entre fontes e repórter, com ampla liberdade para empregar um estilo literário e pessoal no produto final. Na bibliografia de Lima (1993), o autor lista os pontos cruciais para uma reportagem de profundidade: a imersão do repórter na realidade, o estilo, a autoralidade, a precisão de dados e informações, a humanização, entre outros. Todos estes aspectos citados foram pensados ao longo da produção da pauta deste trabalho e, por conta disso, escolhi uma mídia impressa de imersão.

Inicialmente, este trabalho seria uma grande reportagem impressa para revista, graças a um receio de não encontrar fontes suficientes para relatarem casos de abusos. No entanto, durante a produção do mesmo, após conseguir um número bom de entrevistadas e uma reunião com a orientadora, ficou definido que se transformaria em um livro.

Tal movimento permitiu a “sobrevivência do espírito de aventura, do romantismo, de entrega, de amor pelo ofício”, trazida por Kotscho (1995), ao falar sobre grandes processos de apuração. Também foi possível adquirir mais liberdade para o desenvolvimento da escrita e abordar uma gama maior de tipos de violência.

Outro fator importante para a escolha foi que reportagens que abordam a temática da deficiência tendem a tratar da superação e do estigma de super-herói que essas pessoas carregam. Raras são as vezes em que se tem um contexto da deficiência, de suas consequências e da vida rotineira dessas pessoas, que são seres humanos – muitas vezes esquecidos dessa condição. Pela minha afinidade com o meio impresso, trazer esses aspectos de humanização em um livrorreportagem seria muito mais proveitoso do que em outro formato.

Além disso, havia a preocupação de não expor essas mulheres ao formato em vídeo, de forma que elas pudessem se sentir confortáveis apenas conversando comigo. A preocupação foi

confirmada quando, das seis entrevistadas, cinco pediram para adotar nome fictício no produto final.

2.3. Local

Como dito anteriormente, o assunto tema deste trabalho é pouco debatido em nossa mídia e não possui muitas pesquisas e levantamentos acerca dele. Assim, não existe um dado que aponte a violência de gênero contra mulheres com deficiência no estado de Santa Catarina ou em Florianópolis especificamente.

Apesar disso, é possível identificar como o estado possui um vasto histórico de violência de gênero, com 2016, por exemplo, marcando 48 mil registros de violência contra a mulher, o que equivale a uma média de 131 casos por dia. Em 2015, foram consumados mais de dois mil estupros no estado catarinense. Florianópolis lidera, ao lado de Joinville, a lista com 147 registros no ano passado.

O número de pessoas com deficiência em Santa Catarina chega a 1.331.445, de acordo com o Censo 2010 do IBGE, o que representa cerca de 21% de toda a população do estado. Florianópolis apresenta, ainda de acordo com o Censo 2010, cerca de 105 mil pessoas com algum tipo de deficiência, seja visual, auditiva, motora, mental e/ou intelectual em diversos graus.

3. PROCESSO DE PRODUÇÃO

3.1. Pré-apuração

Meu primeiro contato com o conceito de intersecção veio em uma aula de Jornalismo e Gênero, durante meu quinto semestre na faculdade. Era uma aula sobre feminismo negro que, portanto, interseccionava a questão de gênero com a de raça. Nesse período, eu já tinha certeza que queria conversar com pessoas com deficiência para o meu TCC. Apesar disso, a ideia de pauta final só surgiu no sétimo semestre, quando desisti de abordar o esporte na vida de pessoas com deficiência.

Essa decisão surgiu de um questionamento: toda a vez que eu lia ou assistia algo sobre pessoas com deficiência na mídia, era sobre esporte. Em janeiro de 2017, comprei dois livros que falavam sobre o tema, para ver se conseguia me inspirar e encontrar a minha pauta ideal. Mas, o contrário acabou acontecendo: li novamente a história de superação pessoal e tive a certeza de que não gostaria de trabalhar com isso. Assim, precisei buscar outra temática para abordar.

Sabia que meu trabalho estaria permeado pelo preconceito, mas, lendo sobre violência de gênero, comecei a pensar se essas mulheres sofriam de formas diferentes. Confesso que ao fazer uma primeira pesquisa, surpreendi-me com as teorias acerca do assunto, da profundidade e do quanto essa violência é invisibilizada e negligenciada pela sociedade e pelo Estado. De todas as pessoas que conversei sobre o assunto, todas reagiam da mesma maneira: “Meu Deus, isso realmente acontece?”.

Passei alguns meses lendo artigos, principalmente em outras línguas, para conseguir entender o assunto. A complexidade é tamanha, que sinto que só alcançaria um bom nível de argumentação após anos lendo materiais, porém senti que isso não deveria me impedir de contar a história de mulheres com deficiência que passam ou tenham passado por momentos de violência.

Com o intuito de me aprofundar nas teorias sobre deficiência, busquei pesquisadores da área que pudessem me explicar e me proporcionar uma base para posteriormente realizar as entrevistas com as mulheres do TCC. Boa parte dos artigos que eu tinha lido em português foram produzidos por pesquisadores do Núcleo de Estudos sobre Deficiência (NED), da UFSC, o que me deixou animada para conseguir as entrevistas.

Infelizmente, todos os meus contatos iniciais foram negados. Assim, decidi sair da academia e fiz um levantamento de órgãos responsáveis pela proteção da mulher, que também tivessem atendimento às pessoas com deficiência. Encontrei o Serviço de Proteção Especial para Pessoas com Deficiência, Idosas e Suas Famílias (Sepredi), o Centro de Referência Especializado de

Assistência Social (Creas) e o Centro de Referência de Atendimento à Mulher em Situação de Violência (CREMV).

Além dessas instituições, busquei conhecer pessoas da Associação Florianopolitana de Deficientes Físicos (Aflodef) e da Associação Catarinense para Integração do Cego (Acic) a fim de entender como estas funcionam e também participar de grupos e rodas de conversa para conhecer futuras personagens para o TCC. Escolhi estas duas instituições por já ter um contato inicial, conquistado em pautas desenvolvidas em outros semestres na universidade.

Com esses centros “mapeados”, estabeleci que precisava entrar em contato com todos e agendar as entrevistas até agosto. A primeira entrevista para o TCC aconteceu ainda em julho, durante o período de férias, com a coordenadora do CREMV. Também ficou estabelecido o período máximo para realização de entrevistas: até a segunda semana de setembro.

3.2. Apuração

As entrevistas com teóricos do assunto, programadas para serem as primeiras, foram todas rejeitadas, como dito anteriormente. Assim, optei por continuar lendo materiais sobre a temática e busquei profissionais como psicólogos e assistentes sociais, obtendo sucesso nessa parte. A maioria se mostrou solícito em ajudar, apesar de precisar enviar diversos documentos (carta do orientador, pré-projeto do TCC e atestado de matrícula) para as entrevistas serem autorizadas.

Entrevistei uma psicóloga e uma assistente social do Sepredi, uma assistente social da Aflodef, além da coordenadora e a coordenadora pedagógica da Acic. Nem todas as entrevistas foram utilizadas no livro, uma vez que meu intuito era priorizar o depoimento das mulheres e não de fontes oficiais. Mas utilizei essas conversas para guiar minhas entrevistas e encontrar novas fontes.

Também entrei em contato com a Comissão de Direito das Pessoas com Deficiência da Organização dos Advogados de Santa Catarina (OAB/SC) para entender sobre o direito dessas pessoas e as violações que elas eram expostas constantemente. O depoimento de Dagliê Colaço, a vice-presidente da Comissão, foi importante para entender porque essas mulheres não denunciam seus agressores e como agir em caso de violência.

Sobre as personagens principais do livro, a primeira que entrei em contato foi a Fernanda¹. Consegui o seu contato com uma ex-colega do curso de Jornalismo, que se interessou pelo tema por conhecer um caso dentro da própria família. Fernanda se mostrou disposta desde o princípio a conceder entrevista e, por isso, nos encontramos ainda em julho. Eu estava muito nervosa, com

¹ Nome fictício a pedido da própria.

medo de não conseguir mais entrevistadas e acabei cometendo algo que avaliei como um erro: falei sobre o tema do livro antes de conversarmos pessoalmente.

Isso seria o suficiente para afastar qualquer entrevistada que se sentisse mal em falar sobre violência. Por sorte, Fernanda não desistiu da entrevista, mas perguntou em um dos primeiros momentos sobre o que seria o livro e que assuntos eu gostaria de abordar nas perguntas. Conforme fomos conversando, minha tensão baixou e Fernanda pegou intimidade rapidamente comigo. Ao final da entrevista, ela me passou alguns nomes de amigas que poderiam contribuir para o meu trabalho.

Foi assim que angariei as outras fontes deste livro, sempre com indicações. Uma das sugestões de Fernanda acabou sendo a Eliane, que me passou o contato de Débora. Esta última também tinha fontes para me passar, porém como já estava em setembro, decidi encerrar as entrevistas com personagens principais para fazer um balanceamento dos conteúdos. Já com Teresa, consegui o seu contato após uma entrevista na Acic e Luiza aconteceu o mesmo, porém na Aflodef. Também entrevistei Neide, a coordenadora pedagógica da Acic, para inicialmente ser uma das fontes principais. Porém, ao notar que teria dificuldade na edição de um conteúdo tão grande, precisei optar por deixá-la como uma importante entrevistada de apoio.

A dificuldade em condensar todas as entrevistas foi uma das partes mais complicadas. A transcrição de cada entrevista deu, em média, cerca de 40 mil caracteres, o que demandava muito tempo e um cuidado especial na hora de selecionar os temas que entrariam no livro. Além disso, tive complicações em algumas entrevistas, pois estava com o celular com bateria viciada. Assim, fiquei sem gravar o áudio de dois encontros (um com Fernanda e outro com Rosane, assistente social da Aflodef) por conta de imprevistos. Ao todo, foram gravadas 13 horas e 59 minutos de entrevista. Levando em consideração a grande quantidade de conteúdo, mantive a minha ideia inicial de não priorizar entrevistas com especialistas.

Em relação às fontes, encontrei pessoas sempre dispostas a ajudar. Nas instituições, precisei sempre passar por alguns testes e conversas iniciais para chegar nos contatos que necessitava, mas, na maioria dos casos, todos foram solícitos e diziam: “Nunca fizeram um trabalho aqui sobre isso, com certeza vamos ajudá-la”. Essa receptividade foi totalmente oposta ao que eu imaginava no início. Ao término da apuração, como relato no livro, fiquei com nomes e números de mulheres que sofreram violência e que precisei optar por não entrevistá-las para esse trabalho.

Na metade de setembro, encerrei as entrevistas e comecei a reler as transcrições. Conforme eu escrevia os capítulos do livro, percebi que faltava a opinião de um pesquisador da área para embasar as teorias que gostaria de explicar, de forma simples, no trabalho. Assim, entrei em contato novamente com o NED, porém com outras pesquisadoras, conseguindo agendar uma entrevista com

a mestranda Paula Lopes. A entrevista foi realizada no final de outubro, portanto, um mês e meio após o prazo de término da apuração.

Apesar de feita com muito atraso, a pesquisadora me ajudou a esclarecer dúvidas e transformar em palavras “simples” teorias complexas como as que estudam pessoas com deficiência e sociedade.

Também notei que poderia entrar em contato com o Ministério Público para falar sobre a atuação deles em casos de denúncia contra pessoas com deficiência e violações de direitos. Dagliê Colaço me passou o contato do promotor de Justiça do município de Florianópolis, Daniel Paladino, para que pudéssemos conversar sobre o assunto.

Agendamos uma entrevista para a terceira semana de outubro, com o prazo quase no término, e, chegando ao local, descobri que o promotor não poderia me atender. Tentei agendar uma nova entrevista no momento, mas me passaram para telefones diferentes e acabei desistindo da entrevista, por precisar focar em outras áreas do trabalho.

Todas as entrevistas foram feitas presencialmente, em três cidades diferentes: Florianópolis, São José e Palhoça. Exceto as que me deparei com problemas (duas no total), todas foram gravadas com um aplicativo de celular e transferidas para o Google Drive assim que terminavam. Posteriormente, as salvava em meu computador e enviava por e-mail para uma colega.

Antes das duas primeiras entrevistas, com a Fernanda e a Eliane, montei roteiros de perguntas para poder me guiar. Porém, no primeiro encontro, senti que a conversa ficou “engessada”. A Fernanda olhava com frequência para o meu caderno, aguardando algumas das perguntas que estavam lá, pois ela estava ao meu lado e conseguia ler tudo. Já com a Eliane, que estava sentada mais distante de mim, consegui fazer perguntas além do que estava previsto. Por conta disso, ficamos mais de duas horas conversando.

Dessa forma, desisti dos roteiros de perguntas. Como a maioria das entrevistas foram na residência dessas mulheres, tentei tratá-las como se estivesse ali para uma simples conversa. Não falei para nenhuma delas que o tema seria violência, exceto pelo erro relatado anteriormente com a primeira entrevistada.

Abordava a vida cotidiana, depois sobre as deficiências e, aos poucos, ia perguntando sobre momentos de dificuldades. Todas elas citaram violências dentro dessas dificuldades e, só após isso, eu entrava no assunto. Essa também foi uma das recomendações que as psicólogas e assistentes sociais, além da minha orientadora, me passaram e que facilitaram as conversas.

3.3. Redação

Por conta da grande quantidade de material coletado, transformei o trabalho em um livrorreportagem, tendo como principal incentivadora a minha orientadora. Após conversar com a mesma, percebemos que seria a melhor opção, já que não seria justo excluir tanto conteúdo, além de precisar utilizar uma linguagem restrita para não extrapolar limites de caracteres. Feito isso, separei alguns dias para pensar na estrutura dos capítulos e quais os temas seriam abordados em cada um deles.

A ideia inicial era destinar um capítulo para falar apenas sobre teorias que abordam a deficiência, além de expor um panorama geral sobre como a deficiência é vista na sociedade. Ao tentar colocar em prática, senti que o capítulo estava se assemelhando a uma monografia e decidi interromper.

Desejando que as mulheres com deficiência fossem protagonistas do trabalho, mapeei os principais assuntos que foram levantados durante as conversas e escolhi os capítulos a partir disso, dividindo-os dessa maneira:

O primeiro capítulo, chamado “Na coxia”, apresenta as cinco mulheres com deficiência que são protagonistas do livro. Conteí como eram as suas deficiências, se adquiridas ou congênitas, como lidavam com elas, além de trazer histórias que retratassem a imagem que elas me passaram. Ambientei a casa delas (ou o lugar onde ocorreu as entrevistas) e trouxe características de cada uma, a fim de aproximar o leitor dos relatos. A escolha do título se deu a partir de uma declaração de Fernanda.

Após apresentar as personagens, o segundo capítulo (“A máscara do cuidado”) traz um dos assuntos mais abordados dentro da entrevista: a superproteção de familiares, o preconceito e a questão do cuidado na vida dessas mulheres. Criadas para ficarem trancadas em casa, de forma que não tivessem contato ou interação “normal” com a sociedade, busquei trazer momentos marcantes das suas vidas como exemplo.

Este foi um dos capítulos mais complicados, pois, apesar de existir o excesso no cuidado, ele também possui um lado positivo. Por isso, optei por dividi-lo em dois intertítulos: um que expõe a necessidade do cuidado e outro para falar sobre os preconceitos vividos. Como muitos desses casos podem ser caracterizados como violação de direitos, julguei importante trazer uma contextualização acerca da Constituição brasileira e como ela protege o direito das pessoas com deficiência.

O terceiro capítulo, chamado de “Os óculos rosas”, graças a um depoimento de Débora, abordou a ideia de autoestima para essas mulheres. Foi escolhido, assim como o segundo capítulo, por conta da recorrência do tema durante as entrevistas. Também o escolhi porque gostaria de entender e ouvi-las falando sobre seus próprios corpos e como elas se relacionam com ele. Foi possível identificar que a autoestima foi/é um fator primordial para que essas mulheres entrem em

relacionamentos abusivos e busquei destacar isso ao longo de seus depoimentos. Por isso, o capítulo também antecede os dois que falam de violência, como uma espécie de “introdução”.

O quarto capítulo (“Meu príncipe virou sapo”) traz o relato das personagens que sofreram violências cometidas por seus parceiros e/ou ex-parceiros. Optei por selecionar nesta primeira parte as violências físicas e financeiras, para poder agrupar as histórias por “tema”. A ideia de mesclar o depoimento das entrevistadas surgiu como uma forma de mostrar que essa violência é ampla e que existe. É também neste capítulo que começo a falar de dados sobre violência e converso com a pesquisadora Paula Lopes para entender a vulnerabilidade dessas mulheres.

No segundo capítulo sobre violência, “Me ferraram como ferram um boi”, abordei a violência psicológica e sexual, mantendo a ideia de mesclar os depoimentos, que se coincidem em nível de crueldade e violência. Julguei importante contextualizar os dois tipos de violência, trazendo dados de ambas, além de contar com o depoimento da pesquisadora e psicóloga Paula Lopes e de dados de pesquisas e do Sepredi. Também introduzi a questão do fetiche referente às mulheres com deficiência, identificado nos depoimentos de Eliane e Débora.

Para finalizar o livro, senti a necessidade de falar sobre onde buscar ajuda, além de tentar explicar porque essas mulheres sentem tanto medo na hora de denunciar. Com isso, trouxe uma das questões principais apontadas nas entrevistas: elas têm dificuldade para entender que são vítimas. Para isso, trouxe a visão de uma advogada e uma pesquisadora, mostrando que a falta de informação era um inibidor nestes momentos.

Em todas as transições de capítulo, tentei deixar um gancho para a próxima leitura, a fim de instigar a curiosidade do leitor. Esse processo demandou tempo, pois era difícil interligar todas as histórias. O maior desafio era combinar a história de cinco personagens diferentes sem deixar o leitor confuso e se perder em qual personagem eu estava. Por isso, optei por repetir mais vezes os nomes das personagens (e não substituir por outras palavras), bem como realçar características das próprias ao longo dos textos, para que ficassem bem marcadas.

O processo de produção do texto teve início na primeira semana de outubro, após um período de transcrição de todas as entrevistas. Escrevi os capítulos em ordem, exceto o cinco e o seis que fiz em conjunto, e conforme ia terminando, enviava para a orientadora e para uma colega revisar. Enquanto terminava os capítulos cinco e seis, recebi a correção do capítulo dois com algumas sugestões da orientadora.

Decidi então reescrevê-lo, pois senti que ao abordar as teorias do modelo social estava sendo muito acadêmica e não gostaria que meus leitores, principalmente as minhas entrevistadas, se sentissem acuados na hora de ler o capítulo. Tornei a escrita mais leve e reenviei para a orientadora, que aprovou a troca.

Diferente do que tinha pensado antes de iniciar o livro, evitei me posicionar dentro do texto. Tive receio que minha voz falasse mais do que as das entrevistas e, por isso, tentei me manter neutra na linguagem, expressando-me principalmente através das minhas percepções e também nas escolhas de fontes oficiais, por exemplo.

Após esse período, mais dois colegas leram o material com o objetivo de revisá-lo. A edição dos títulos dos capítulos e do próprio título do livro foi feita depois que todas as revisões terminaram. Os títulos dos capítulos vieram principalmente com base no depoimento das entrevistadas, exceto o capítulo dois. Já o nome do livro surgiu ao notar, tanto na fala das mulheres quanto nas teorias, o quanto a sociedade é deficiente e não elas.

3.4. Ilustrações

Todas as ilustrações foram feitas por uma colega formanda em Arquitetura, Bruna Marques. Tivemos uma reunião presencial em outubro, para ela ler alguns dos meus materiais e tomar conhecimento das histórias das personagens. Ficamos reunidas por mais de seis horas conversando e pensando em ideias de ilustrações para todas as capas dos capítulos.

Optamos por imagens que me marcaram durante a elaboração dos capítulos. Todas foram feitas com tinta aquarela e priorizamos o uso de apenas uma cor (exceto pela capa) para que a ilustração não ficasse muito carregada.

Assim, no primeiro, temos uma coxia e uma pessoa escondida atrás dela, sendo possível ver apenas uma mão a puxando. A imagem refere-se ao depoimento de Fernanda, que se sentia excluída e, portanto, na coxia dos palcos. A segunda ilustração faz referência ao desfile fantasioso de Eliane e a sua mão se apoiando em uma das cadeiras para conseguir manter o equilíbrio.

No terceiro capítulo, a metáfora de Débora sobre os óculos rosas foi tão forte que, caso não fosse algo tão subjetivo, provavelmente teria virado título do livro. Por isso, foi escolhida como capa do capítulo que carrega o nome do acessório. As ilustrações dos capítulos quatro e cinco foram as que tivemos maiores dificuldades, pois não queríamos ilustrar algum momento de violência.

Por isso, ficou decidido que para o quarto capítulo, Bruna desenharia apenas uma faca, em alusão a usada pelo ex-marido de Luiza para ameaçá-la de morte. No quinto capítulo também temos uma ilustração que veio de uma fala de Luiza, sobre as marcas que o ferro quente deixa em bois.

O epílogo traz uma folha de papel arrancada com nomes e números, imitando a folha que carrego comigo com nomes de mulheres que sofreram violência. A última ilustração feita foi a da capa, pelo mesmo problema relatado nos capítulos quatro e cinco: não gostaria de registrar algo brutal e violento nos desenhos.

Após ficar mais de duas semanas pensando, os olhos azuis de Teresa decidiram aparecer em um dos meus sonhos. De tão ansiosa que eu estava por conta deste trabalho, acabei sonhando com a capa. Assim, nasceu a ilustração com os olhos de Teresa e o hematoma em volta de um dele, referente à violência sofrida pelo ex-namorado. O hematoma se mistura, de forma lúdica, com o formato de uma lágrima.

3.5. Diagramação e formato

Opto que a diagramação não seja objeto de avaliação deste trabalho. Ela foi feita com o intuito de tornar a leitura mais agradável, com a utilização da fonte Garamond, tamanho 12. O espaçamento adotado foi tamanho 16, pois senti que, por ser uma fonte pequena, o espaçamento maior facilitava a leitura.

Pensando em uma experiência agradável para o leitor, optei pela impressão em tamanho A5, que não torna a leitura por página algo extenso, além de ser de um tamanho acessível para carregar em bolsas e mochilas no dia a dia. O livro foi impresso em tamanho 15 x 21 cm, com papel couché na capa, gramatura 250mg, e papel pólen nas páginas do miolo. Foram impressos quatro livros, sendo três para a banca e um para uso pessoal.

4. CUSTOS

Por se tratar de um trabalho impresso, não tive gastos com gravadores de áudio, pois capturei todos via aplicativo de celular, uma vez que não precisava de uma boa qualidade. Também não produzi fotografias e, portanto, não precisei utilizar câmeras fotográficas para registrar. Para diagramar o livro e escrever os capítulos, precisei apenas utilizar meu notebook, não precisando gastar com isso. As ilustrações foram todas feitas gratuitamente pela minha amiga.

Os gastos deste trabalho vieram principalmente do transporte de ônibus e uber (entre Florianópolis e São José, Florianópolis e Palhoça e deslocamento interno em Florianópolis), impressão de quatro exemplares do livrorreportagem em gráfica e de três cópias deste relatório técnico.

Descrição	Valor em R\$
Transporte	84,30
Impressão do TCC	213,60
Impressão do Relatório	40,00
Total	337,90

5. DIFICULDADES, DESAFIOS, APRENDIZADOS

A principal dificuldade, como relatada anteriormente, foi a quantidade extensa de conteúdo apurada com as personagens do livro. Além disso, por ser uma pessoa sem deficiência, tive — com muita frequência — receio de reproduzir palavras que pudessem soar preconceituosas ou que trouxessem imagens estereotipadas.

Assim, o meu maior problema foi com a diagramação das frases (PROSE, 2008) e pensar palavra por palavra. Por conta disso, em uma das revisões, encontrei repetições de palavras que, em um texto que eu tenha mais domínio do assunto, talvez eu não tivesse cometido. Senti que isso acabou podando um pouco o meu estilo.

Somado a isso, encontrei dificuldades na hora de interligar todas as histórias. Ao término do livro, pensei que poderia ter feito um perfil de apenas uma das personagens e focado em suas histórias. Mas deixarei a ideia para um trabalho futuro, pois acredito que trazer uma variedade de fontes expõe a necessidade de falarmos sobre o tema cada vez mais.

Em relação às fontes, apesar de algumas se recusarem a falar comigo, julgo que o trabalho foi tranquilo. Todas as mulheres me receberam com respeito e conversamos abertamente sobre o tema proposto.

Outro problema enfrentado foi o orçamento e a impressão do livro com a gráfica Postmix. A demora para responder aos e-mails (pois eles só fazem a impressão via e-mail, não há atendimento presencial) e a falta de objetividade nas respostas trouxe confusão e desencontro de informações que acabaram prejudicando e atrasando todo o processo.

A primeira dificuldade começou após o envio do documento em PDF, com as sangrias. Após quase oito horas de espera pela resposta, me disseram que o meu arquivo estava em formato maior que A5, mesmo o meu programa Indesign apontando o tamanho correto. Assim, questionei se o problema não era a sangria e me ignoraram.

Depois disso, demoraram mais um dia para me responder e dizer que eu precisaria diagramar tudo novamente, pois com o tamanho que estava a impressão ficaria errada. Para refazer todo o material, o atendente me deu um prazo de duas horas (com a garantia de que me entregaria na data prevista). Ou seja, o trabalho todo de aproximadamente um mês, eu teria que fazer em duas horas.

Após um tempo, o atendente me pediu para mandar o arquivo sem sangria e ele constatou que estava no tamanho certo. Assim, efetuei o pagamento. Porém, mesmo após realizar o pagamento, eles não me responderam quando o material estaria pronto (e se ficaria pronto a tempo de entregar para a banca). Aguardei durante todo o feriado do dia 15 de novembro, pois eles não abriram, para ter a confirmação. Na quinta-feira, 16, confirmaram a entrega para sexta-feira, 17, no entanto ignoraram minhas perguntas sobre que horas deveria buscar.

Já em relação às entrevistas, o maior entrave foi ouvir todas as histórias e segurar o choro. Precisei controlar minhas emoções e, após todas as conversas, eu saía chorando. Chorei, principalmente, ao sair da casa de Luiza e depois da minha primeira entrevista, com a Fernanda. Por mais que eu achasse que estava preparada para ouvir aqueles casos de violência, eu não estava e continuo não estando.

Nessa mesma época, uma colega de curso me falou sobre uma professora do Jornalismo que tinha lançado recentemente um livro sobre mulheres com deficiência. A autora, Melina Ayres, em um de seus capítulos fala sobre essa mesma emoção vivenciada por mim. Depois de ler o relato, entendi que era normal se emocionar e consegui manter a calma nas outras entrevistas. Por isso, o livro “A intimidade da mulher com deficiência” e também o “O que é deficiência?”, da pesquisadora Débora Diniz, se tornaram meus livros de cabeceira durante os meses de produção deste trabalho.

A forma que encontrei para seguir com as entrevistas foi fingir que eram casos isolados, para que a minha tristeza não aumentasse. Também me consultei todas as semanas com uma psicóloga, e sempre que me sentia muito triste, pedia ajuda a ela. Esse processo foi essencial para continuar com o tema e não desistir.

Acredito que este também tenha sido um dos meus maiores aprendizados. Ouvir, por horas, as histórias dessas mulheres e absorver cada experiência que elas tiveram e que transformaram isso em aprendizado e maturidade. Com certeza, cresci como pessoa após cada entrevista.

Além disso, meu conhecimento acerca do tema aumentou consideravelmente. Senti muito orgulho ao entrevistar a pesquisadora do NED e ter lido praticamente todas as referências que ela me dava. Dessa forma, sinto que consegui produzir um trabalho que respeite as pessoas com deficiência.

Como jornalista, aprendi um pouco mais sobre o processo de apuração e principalmente em tomar cuidado com a quantidade de material coletado e a sua manutenção. Senti que todas essas mulheres confiaram em meu trabalho e em minha pessoa, o que me trouxe uma gratidão enorme. Finalizar este trabalho não é apenas um feito pessoal, mas sim uma construção coletiva. E esse é, de fato, o meu maior aprendizado.

6. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AYRES, Melina de La Barrera. **A intimidade da mulher com deficiência: uma etnografia de tela interdisciplinar**. Florianópolis: Insular, 2017.

BESSA, Priscila. **No Paparazzo, Marinalva revela já ter sido vítima de violência doméstica**. Disponível em: <<http://ego.globo.com/paparazzo/noticia/2017/04/nopaparazzo-marinalva-revela-ja-ter-sido-vitima-de-violencia-domestica.html>>. Acesso em: 02 maio 2017.

COLLUCCI, Cláudia. **Deficientes são vítimas de 1 em cada 10 estupros registrados no país**. Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/cotidiano/2017/09/1917303-deficientes-sao-ebora>>. **O que é deficiência?** São Paulo: Brasiliense, 2007.

FALCO, Aline et al. **Mídia e Deficiência**. Brasília: Fundação Banco do Brasil, 2003. Disponível em: <http://www.andi.org.br/sites/default/files/Midia_e_deficiencia.pdf>. Acesso em: 02 maio 2017.

GENTILLI, Victor. **Democracia de massas: jornalismo e cidadanias: O estudo sobre sociedades contemporâneas e o direito dos cidadãos à informação**. Porto Alegre: Edipucrs, 2005.

INWWD. The International Network of Women with Disabilities. **Violência contra Mulheres com Deficiência**. Arquivos “Bárbara Faye Waxman Fiduccia. Sobre mulheres e meninas com deficiência.” Centro para Estudos de Políticas sobre Mulheres, 2011. Tradução: Romeu Kazumi Sassaki. Disponível em: <http://www.social.mg.gov.br/conped/images/conferencias/violencia_mulheres_deficiencia.pdf>. Acesso em 10 de maio de 2017.

KOTSCHO, Ricardo. **A Prática da Reportagem**. 3. ed. São Paulo: Ática, 1995.

LIMA, Edvaldo Pereira. **O que é livro-reportagem**. São Paulo: Brasiliense, 1993.

MELLO, Anahi Guedes de; NUERNBERG, Adriano Henrique. Gênero e deficiência: interseções e perspectivas. **Estudos Feministas**, Florianópolis, v. 20, n. 3, p.635-655, set. 2012. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104026X2012000300003&lng=pt&nrm=iso&tlng=en>. Acesso em: 09 abr. 2017.

ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DE SAÚDE. **Relatório Mundial sobre a Deficiência**. São Paulo: Lexicus Serviços Lingüísticos, 2011. Título original: World report on disability 2011. Disponível em: <http://www.pessoacomdeficiencia.sp.gov.br/usr/share/documents/RELATORIO_MUNDIAL_COMPLETO.pdf>. Acesso em: 02 maio 2017.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS. **Declaração sobre a Eliminação da Violência contra as Mulheres**. Geneva, 1993. Disponível em: <http://direitoshumanos.gddc.pt/3_4/IIIPAG3_4_7.htm>. Acesso em: 03 maio 2017.

_____. **Convenção sobre os direitos das pessoas com deficiência**. Disponível em: <http://www.pessoacomdeficiencia.gov.br/app/sites/default/files/publicacoes/convencao_pessoacomdeficiencia.pdf>. Acesso em: 10 maio 2011.

PENA, Felipe. **Teoria do Jornalismo**. São Paulo. Editora Contexto: 2005.

PROSE, Francine. **Para ler como um escritor:** um guia para quem gosta de livros e para quem quer escrevê-los. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2008.

WENDELL, Susan. **The Rejected Body:** feminism philosophical reflections on disability. Nova York: Routledge, 1996. Disponível em:
<<https://books.google.com.br/books?id=tqQBIXUZE14C&printsec=frontcover&hl=ptBR#v=onepage&q&f=false>>. Acesso em: 05 maio 2017.

